

Celina Leão diz que divulgação do balanço do BRB depende do empréstimo de R\$ 6,6 bi

Em debate, pré-candidatos cobram Celina e apontam falta de transparência no caso BRB-Master

Por Isabel Dourado

A governadora do Distrito Federal, Celina Leão (PP), admitiu que, se o balanço do Banco de Brasília (BRB) for divulgado antes do empréstimo de R\$ 6,6 bilhões junto ao Fundo Garantidor de Créditos (FGC) ser destravado, o banco será liquidado.

A declaração foi dada a jornalistas após a participação no primeiro debate realizado pela Band Brasília com os candidatos ao Governo do Distrito Federal, no domingo (9), no Teatro do Sesc Ceilândia, no Distrito Federal. O debate teve a participação dos seis candidatos ao Palácio do Buriti: Celina Leão (PP), José Roberto Arruda (PSD), Leandro Grass (PT), Ricardo Cappelli (PSB), Paula Belmonte (PSDB) e Kiko Caputo (Novo).

BURRICE E DESPREPARO

Celina também classificou como “burrice” a cobrança dos candidatos em relação ao balanço financeiro do banco. A governadora repetiu duas vezes que o balanço só deve ser divulgado depois que o empréstimo for destravado.

“O balanço não pode ser publicado antes de pegar o empréstimo, senão, o banco é liquidado. Essas pessoas



Debate foi realizado pela Band Brasília com os pré-candidatos ao Governo do Distrito Federal, no domingo (9)

não têm preparo, não estão à altura da nossa cidade. E eu tenho que ficar calada. Não posso corrigi-los. O balanço não pode ser publicado antes de pegar o empréstimo. Isso é lógico.”

O BRB, que passa por uma grave crise de liquidez após a compra das carteiras sem lastro do banco Master, de Daniel Vercaro, foi o principal ponto do debate e foi mencionado por todos os outros candidatos, que criticaram a falta de transparência na divulgação da real situação do banco.

A atual governadora também tentou se descolar da imagem do ex-governador Ibaneis Rocha (MDB), alegando que, como vice-governadora, não tinha autonomia para tomar decisões em relação ao BRB, mesmo sendo contra a aquisição do banco Master pela instituição. Ela afirmou ainda que ficou sabendo da operação através da imprensa. “Não fui a favor porque eu acho que o BRB tem que ser o banco regional, não o banco nacional, como era o intuito à época”, disse.

NOVA AUDIÊNCIA COM FUX

O ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luiz Fux, marcou uma nova audiência para definir a execução do acordo firmado no final de maio para viabilizar o empréstimo de R\$6,6 bilhões junto ao FGC para o aporte de capital ao BRB.

A decisão foi tomada na semana passada após o Distrito Federal, por meio da Procuradoria-Geral, encaminhar um ofício ao ministro alegando que houve inércia da União e do FGC no cum-

primento dos termos acordados há 2 meses. O novo encontro entre o ministro Fux e representantes do GDF está marcado para acontecer nesta quinta-feira (13).

Após o fechamento do acordo, havia a expectativa de que o problema de liquidez do BRB seria resolvido. Em ocasiões em que foi questionada sobre o andamento do empréstimo, a governadora do DF, afirmou que o processo estava em fase final e que a lentidão ocorria devido a coleta de documentos junto aos bancos.

“Enquanto o Fundo silencia, o Distrito Federal cumpre. Enquanto a União posterga, o Distrito Federal cumpre. Enquanto novas exigências são impostas, o Distrito Federal cumpre. O Distrito Federal suporta, portanto, a integralidade do ônus de um acordo cujo benefício não se realiza”, diz a petição encaminhada à Fux.

JOGO PARADO

Após ser alvo de críticas em relação à crise do BRB, Celina alegou que estava sendo perseguida no debate e se autodenominou leoa. A governadora foi aconselhada a não participar dos próximos debates para não ter a imagem desgastada e, assim, deixar que os adversários a ataquem sozinhos.

TCDF cobra GDF sobre pessoas em situação de rua

O Tribunal de Contas do Distrito Federal (TCDF) deu 60 dias para órgãos do governo do Distrito Federal (GDF) detalharem ações em duas ocupações de áreas públicas por pessoas em situação de rua.

Os locais ficam no Setor Noroeste e na Asa Norte.

O tribunal quer saber se houve acolhimento, benefícios sociais ou encaminhamento para moradia.

A cobrança ocorre com o crescimento da população em situação de rua. Dados do Instituto de Pesquisa e Estatística (IPEDF) indicam que havia mais de 3,5 mil pessoas nessa condição em abril de 2025. O número é 19,4% maior do que o registrado em 2022.

Segundo o Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC), o DF tem

a maior proporção do país: quase três pessoas nessa situação a cada mil habitantes.

Desde 2024, 1.260 pessoas foram abordadas em operações. Apenas 44 aceitaram acolhimento institucional, menos de 4% do total.

O TCDF pediu esclarecimentos à Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedes-DF), à Companhia de Desenvolvimento Habitacional (Codhab-DF) e ao DF Legal.

No Noroeste, 259 pessoas foram identificadas em uma ocupação às margens da Epia, perto da Área de Relevante Interesse Ecológico (Arie) Cruls. Desse grupo, 213 foram classificadas como vulneráveis. Ao todo, 126 foram chamadas para apresentar documentos e 59 foram habilitadas em programa habitacional. Não

há comprovação de que elas tenham recebido moradia.

Na Asa Norte, a ocupação ficava entre as quadras 906 e 910 Norte, atrás do UniCEUB e do Colégio Sigma.

O DF Legal terá de informar quais medidas foram adotadas no local e usar relatórios padronizados nas próximas operações.

A Sedes-DF deverá detalhar o perfil das pessoas atendidas, incluindo famílias, crianças, idosos e outros grupos. Também terá de informar benefícios concedidos, oferta de acolhimento, aceitação ou recusa e o desdobramento de cada caso.

A Codhab-DF deverá atualizar a situação dos cadastros em programas habitacionais e informar como resolverá pendências documentais.



DF tem a maior proporção do país, quase três pessoas a cada mil habitantes